

JOSÉ EDUARDO RAMOS RODRIGUES

Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo - USP. Mestre "em Saúde Pública pela mesma Universidade. Professor de Direito Ambiental de Cursos de Especialização em

Direito Ambiental nas Faculdades de Saúde Pública e de Direito da Universidade de São

Paulo - FSP/USP e nas Faculdades Tancredo Neves. Professor do Curso de Direito Ambiental da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP.

Professor de graduação em Direito Ambiental, na Faculdade de Direito" da Universidade Nove de Julho — Uninove. Diretor do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública — Ibap e " Instituto "O Direito por um Planeta Verde".

Membro da Comissão de Direito Ambiental do Instituto dos Advogados Brasileiros — IAB. Membro emérito da Comissão de Meio Ambiente da OAB/SP. Foi conselheiro do Conselho Estadual de Meio Ambiente, do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental da - Cidade de São Paulo — Conpresp e do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo — Cades.

É autor de numerosos trabalhos sobre assuntos referentes ao meio ambiente, muitos deles, publicados na *Revista de Direito Ambiental*.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS

2006

**34:504(81)
R696s**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira de Livro, SP, Brasil)

Rodrigues, José Eduardo Ramos

Sistema Nacional De Unidades De Conservação / José Eduardo Ramos Rodrigues ; prefácio Edis Milaré. - São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2005.

Bibliografia.

ISBN 85-203-2822-9

1. Áreas protegidas - Brasil 2. Desenvolvimento sustentável 3. Gestão ambiental 4. Meio ambiente 5. Política ambiental - Leis e legislação - Brasil 6. Projetos de conservação (Recursos naturais) - Brasil 7. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil) I. Milaré, Edis. II. Título. CDD-333.720981

05-8674

índices para catálogo sistemático: - I. Brasil: Unidades de conservação : Recursos naturais : .Economia 333.720981 2. Sistema Nacional de Unidades de Conservação : Recursos naturais : Brasil 333.720981

34:504(81)
R696s



SUMÁRIO

PREFÁCIO - ÉDIS MILARÉ	11
INTRODUÇÃO	17
1. CONCEITO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	23
1.1 Conceito perante a legislação brasileira antes da promulgação da Lei do SNUC	23
1.2 Conceito perante a doutrina jurídica antes da promulgação da Lei do SNUC	28
1.3 Conceito de Unidade de Conservação segundo a Lei do SNUC	33
2. SISTEMAS-INTERNACIONAIS DE-CLASSIFICAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	39
2.1 Propostas de classificação da UICN	39
2.2 Proposta de classificação do Conselho da Europa	42
2.3 Classificação da Comunidade Econômica Européia	43
2.4 Proposta de classificação do documento Cuidando do Terra	45
2.5 Proposta de classificação da UICN de 1994	47
2.6 Classificação das áreas protegidas em alguns países: Itália e EUA	48
2.7 Propostas de classificação no Brasil anteriores ao SNUC	52
3. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SNUC	55
3.1 Sistema	55
3.2 Conflito e conciliação na Lei do SNUC	57
3.2.1 SNUC e o neoliberalismo	57
3.2.2 Conservacionistas x socioambientalistas	64
3.2.3 Desenvolvimento sustentável	70
3.2.4 Conciliação no texto legal final	77
3.3 Objetivos e formas de atuação do SNUC	80
3.4 Estruturado SNUC	85
3.5 Categorias de Unidades de Conservação	86
3.6 Criação e implantação das Unidades de Conservação	88
3.7 Unidades de Conservação em ilhas	97
3.8 Gestão das Unidades de Conservação	101
3.8.1 Plano de Manejo	101
3.8.2 Mosaicos de Unidades de Conservação	109
3.8.3 Conselhos das Unidades de Conservação	110
3.8.4 Gestão por organizações da sociedade civil	113
3.8.5 Espécies não-autóctones	115

34:504(81)
R696s



3.8.6	Visitação pública	116
3.8.7	Pesquisa científica	125
3.8.8	Exploração comercial	126
3.8.9	Recursos financeiros	127
3.8.10	Empreendimentos de significativo impacto ambiental	129
3.9	Populações tradicionais	133
3.10	Desapropriação e modernização	142
3.11	Sanções penais e administrativas	146
3.12	Área rural	150
3.13	Correlação entre a classificação da UICN de 1994 e a do SNUC	151
4.	ELENCO DE CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	152
4.1	Estações Ecológicas	152
4.2	Reservas Biológicas	155
4.3	Parques Nacionais	156
4.4	Monumentos naturais	165
4.5	Refúgios de vida silvestre	167
4.6	Áreas de Proteção Ambiental	168
4.7	Áreas de Relevante Interesse Ecológico	171
4.8	Florestas nacionais	173
4.9	Reservas extrativistas	176
4.10	Reservas de fauna	179
4.11	Reservas de desenvolvimento sustentável	180
4.12	Reservas particulares do patrimônio natural	184
4.13	Reservas da Biosfera	188
	CONCLUSÕES	193
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199

